

**ORDEM DO DIA**

1ª Reunião Pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira no mandato 2013/2017, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,00 horas do dia 25 de outubro de 2013

P	Assunto			Objectivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
	<b>FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL</b>			
	<b>DESPACHOS DO PRESIDENTE</b>			
1	Vereadores a tempo inteiro			Conhecimento
2	Vice-Presidente			Conhecimento
3	Constituição dos gabinetes de apoio à presidência e à vereação			Conhecimento
	<b>PROPOSTAS</b>			
4	Delegação de competências da câmara municipal no Presidente			Aprovação
5	Fixação de Vereador em regime de tempo inteiro			Aprovação
6	Calendarização das reuniões de câmara para o mandato 2013/2017			Aprovação
7	Nomeação do Conselho de Administração dos SMAS			Aprovação
8	Representação do município em entidades públicas e privadas			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

1ª Reunião Pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira no mandato 2013/2017, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,00 horas do dia 25 de outubro de 2013

P	Assunto			Objectivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
9	Regimento da câmara municipal			Aprovação
10	Dispensa de parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços			Aprovação
	DIVERSOS			
11	Ata nº 20/2013 da reunião de câmara de 2013/09/18			Aprovação
12	Despachos da Srª Presidente e do Sr. Vice-Presidente, exarados no período de gestão, tendo por base o interesse público			Ratificação
13	Atualização das contas bancárias do município			Aprovação
14	Fundo de maneo 2013, titulado pelo Presidente			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 1ª REUNIÃO PÚBLICA NO MANDATO 2013/2017,  
REALIZADA EM 2013/10/25

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e treze, pelas 9h05, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----  
. Fernando Paulo Ferreira; -----  
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----  
. Marina Estêvão Tiago; -----  
. Aurélio dos Santos Marques; -----  
. António José Sequeira Félix; -----  
. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----  
. José António da Silva de Oliveira. -----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Rui Ribeiro Rei, pelas 9,08 horas, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 002

Reunião de 2013/10/25

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte -----

Jorge Zacarias-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Filomena Serrazina -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Técnica Superior-----

Drª Susana Santos-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe de Equipa -----

Urbª Luís Matas de Sousa -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 003

Reunião de 2013/10/25

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Reunião de 2013/10/25

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Disse estar convicto que haverá capacidades para criar as convergências necessárias sobre as matérias mais importantes para a governação da câmara municipal, e não tem dúvidas que estão todos imbuídos desse mesmo espírito em que foram eleitos, sendo que está disponível para aceitar sugestões, se corresponderem à melhoria, e está certo que assim será, das propostas que se irão apresentar. -----



Reunião de 2013/10/25

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
REGIMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA -----

Interveio o Sr Presidente, dizendo que existe um regimento e que irá procurar o cumprimento escrupuloso do mesmo, principalmente quanto ao período antes da ordem do dia. Este período refere que são 60 minutos, e ter-se-á esse tempo para o efeito, o que exigirá de todos os presentes uma capacidade de síntese e objetividade na apresentação de todas as questões que queiram colocar. Caso essa hora seja insuficiente, no que diz respeito às respostas que depois se tenham que dar, elas transitarão para a reunião seguinte, iniciando-se o período antes da ordem do dia com essas mesmas respostas.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, saudando os presentes e desejando que o mandato seja profícuo na resolução dos problemas do concelho. -----

A CDU está de acordo que se cumpra o regimento, mas o Sr. Presidente e o restante executivo não cumpriram com o mesmo para esta reunião. O regimento que ainda está em vigor, e que não foi alterado nem revogado, diz que as reuniões de câmara são a partir das 14h00, e não tem conhecimento da sua bancada ter sido contactada para a alteração da hora. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que aceita o reparo, mas trata-se de uma reunião de câmara extraordinária.-----

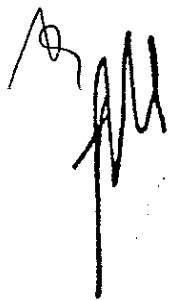
This image shows a single sheet of white paper with ten horizontal dashed lines, typical of primary school handwriting practice paper. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There is no text or other markings on the paper.



Deliberação nº

Contudo, pode enviar o atual protocolo de descentralização, sendo que o mesmo está sem efeito até ser reavaliado. -----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ANÁLISE DOS RESULTADOS ELEITORAIS -----

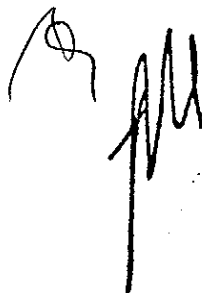
Interveio o Sr Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo, juntamente com os grupos políticos que a constituem, têm consciência dos resultados das últimas eleições autárquicas, de quem ganhou e quem perdeu, têm consciência do que fizeram os cidadãos deste concelho, os que votaram, os que não quiseram objetivamente votar, os que votaram não querendo decidir, e sabem interpretar daqui para futuro. -----

Como o mandato que se irá iniciar de 2013 a 2017 não é igual, com certeza que não será igual aos mandatos anteriores, e quando terminar chegar-se-á a essa conclusão, e cá estarão para avaliar, é importante que se tenha consciência que se vivem os tais tempos de grande adversidade, em que efetivamente a ganância de uns poucos criou problemas à maioria dos portugueses. Desta forma, tem que se saber gerir os recursos que existem em cima da mesa e definir as prioridades para, com menos recursos, atingir os objetivos que se propõem. -----

A Coligação Novo Rumo afirmou na campanha eleitoral, e reafirma hoje, que não transforma perdas em vitórias, mas também nunca poderá abdicar de princípios que considera basilares. Como tal, houve duas fases de desenvolvimento do poder autárquico onde o concelho de Vila Franca de Xira se inseriu. Haverá certamente uma terceira fase, que começa agora, em que é fundamental apoiar o capital humano e os mais desprotegidos neste atual cenário de grande fragilidade e de grandes problemas que o país e o concelho atravessam. -----

Nesta forma de gerir, de procurar consensos, porque este é um momento de maior convergência do que eventualmente divergência, terá que existir divergência, quando não efetivamente uma concordância com o que quer que seja. A Coligação Novo Rumo gostaria de dizer que há muitas prioridades neste concelho, mas a prioridade às pessoas é a pedra basilar para a sua bancada, tal como foi afirmado durante os meses de campanha eleitoral. -----

Considera que a câmara municipal deve refletir, quando tem um problema sério no concelho, uma cidade como Vila Franca de Xira, que apresenta os índices de degradação que tem, ou quando apresenta os problemas que tem de rejuvenescimento do seu comércio, da sua população, da capacidade de reação da



sua população, e parece-lhe que querer investir milhões de euros em edifícios para dar novas instalações à câmara municipal não será com certeza a maior e a melhor prioridade para os próximos anos deste mandato.-----

Desta forma, devem todos refletir e avaliar, e deve-se marcar isso já desde início, para depois não se vir dizer que não se foi avisado. A sua bancada não tomará nenhuma decisão favorável a níveis de investimento desta monta sem ter uma avaliação correta e séria dos montantes, poupanças e contrapartidas envolvidas. Os membros da sua coligação não aceitarão resolver os problemas de alguns em detrimento do pagamento de todos, estando essa forma de gerir, para Coligação Novo Rumo, terminada. Não assumirão os compromissos de outros, assumindo os próprios o ónus dessas decisões.-----

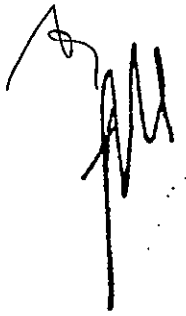
Terão todos que estar disponíveis para conversar e chegar a consensos, mas não estará a Coligação Novo Rumo disponível para situações de imposição e de que "afinal tem que ser assim". -----

Concluiu, dizendo que fica já toda a gente a saber, no primeiro dia da primeira reunião deste mandato 2013 a 2017, que estas são condições de princípio que terão de ter em cima da mesa, e espera que no final deste mandato se possam efetivamente atingir melhores níveis de desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural para o concelho de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que as questões políticas não irão ter comentários, salientando apenas duas palavras ditas, convergência e imposição. ---

A palavra convergência será um objetivo já traçado, e quanto à imposição não lhe parece que seja para dar importância, visto que se vive em democracia. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ESPAÇOS COMERCIAIS EM ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que estão aprovados vários espaços comerciais na cidade de Alverca do Ribatejo, mais recentemente fala-se da possibilidade de ali se instalar um conjunto de contentores no ex-espaço da Tertir, e a Coligação Novo Rumo gostaria de saber o que este boato tem de verdade. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que várias possibilidades e pedidos já chegaram ao urbanismo para a instalação de algumas atividades. Na sua opinião aquele deve ser reservado como um espaço nobre da cidade de Alverca, e não pode ser utilizado para as atividades que acabou de referir, apesar de reconhecer que haja muita apetência da LISPONTE ou outras empresas para a colocação de atividade industrial naquela zona. -----

Tudo se irá fazer para que aquele espaço seja reservado para um local nobre, como estava previsto inicialmente, sendo que fruto das dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa tudo o que estava previsto para aquela área neste momento está suspenso, mas espera que um dia se possa voltar a esse processo. --



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
ENTRADA SUL DO CONCELHO – CRUZAMENTO DO LIDL E INTERMARCHÉ – PÓVOA  
DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que no cruzamento entre o Lidl e o Intermarché existia um portão classificado que, se não está no PDM, esteve no PDM. Este portão foi deitado abaixo há alguns dias, e a Coligação Novo Rumo gostaria de saber se há alguma obra licenciada naquela zona entre o caminho-de-ferro e a EN10, em frente ao Intermarché, que fica já no lado do concelho de Loures, concretamente no Lidl, que fica na Póvoa de Santa Iria, do lado do concelho de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que irá pedir aos serviços para analisarem esta situação, que lhe parece bastante importante, mas neste momento não consegue ter uma resposta.



Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, referindo que há matérias de que irá procurar saber o ponto de situação através dos serviços, para não estar a dar respostas que possam não estar neste momento ao encontro da realidade.-----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

As questões do pagamento da dívida estão a ser tratadas pelo advogado da câmara municipal, estando a questão que o Sr. Vereador coloca neste momento em cima da mesa.-----

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ° 013

Reunião de 2013/10/25

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

*[Handwritten signature]*

Assunto: VEREADORES A TEMPO INTEIRO -----  
Presente despacho nº 1/2013, de 22/10, do Sr. Presidente, para conhecimento da nomeação como Vereadores em regime de tempo inteiro dos Srs. Vereadores Fernando Paulo Ferreira, Marina Estêvão Tiago e António José Sequeira Félix, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
Tomado conhecimento. -----





Fl. Ata 015

Reunião de 2013/10/25

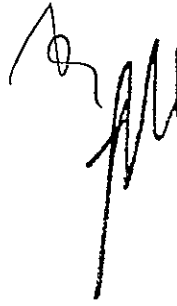
Proc<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação nº 1044

Assunto: VICE-PRESIDENTE-----

Presente despacho nº 2/2013, de 22/10, do Sr. Presidente, para conhecimento da nomeação como Vice-Presidente da Câmara Municipal do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Tomado conhecimento.-----



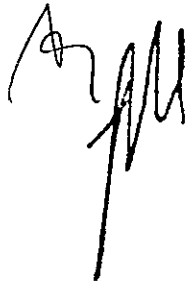
Assunto: CONSTITUIÇÃO DOS GABINETES DE APOIO À PRESIDÊNCIA E À VERAÇÃO-  
Presentes os despachos nºs 3/2013 a 13/2013, de 22/10, do Sr. Presidente, para  
conhecimento das nomeações dos membros dos gabinetes de apoio à presidência  
e à vereação, documentos que se anexam e dão por inteiramente reproduzidos  
nesta parte da ata. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, pegando nas palavras do Sr.  
Presidente, a necessidade dos consensos e da convergência. A CDU é uma força  
política que se assume com responsabilidade em todas as suas tarefas e assume  
também a necessidade de ter, para as poder cumprir, os equipamentos e os meios  
necessários, e não é isso que hoje acontece. -----

Quando se diz que os gabinetes de apoio à vereação irão ser constituídos,  
entendem os membros da CDU que não têm as condições mínimas para constituir  
o gabinete de apoio, desde logo porque ficaram ontem a saber que, contrariando o  
despacho deferido pelo Sr. Presidente, não têm sequer uma pessoa para apoio à  
vereação. No mandato anterior, com 3 vereadores, tiveram 2 assessores externos  
e um assessor dos órgãos da câmara municipal, e hoje em dia, sendo a única força  
que cresceu em número de eleitos, não têm ninguém que faça assessoria,  
contrariando inclusivamente, pelos despachos do Sr. Presidente, compromissos  
assumidos pelo próprio, que os assumiu com pessoas que não aquelas que estão  
sentadas na bancada da CDU, hoje, mas que têm pleno conhecimento da reunião  
tida anteriormente com o Sr. Presidente. -----

Para que haja condições mínimas de funcionamento para poderem trabalhar e  
assegurar as tarefas que os munícipes colocaram na responsabilidade dos seus 4  
eleitos, entendem que é o momento de colocar algumas necessidades, que ao fim  
ao cabo têm a ver com a própria Lei nº 75/2013. -----

A CDU tem um gabinete que não permite que os 4 vereadores se reúnam, pelo  
menos há 8 anos que os materiais informáticos são praticamente os mesmos, e já  
em mandato anterior falaram da impressora e do toner, uma coisa tão ridícula que  
nem vale a pena falar, mas que acaba por dificultar a ação que têm. Consideram  
que não é concebível que em momento anterior, com 3 vereadores, tinham 3  
assessores, e neste momento, com 4 vereadores, lhes queiram retirar até o único  
que já tinha despacho proferido. -----



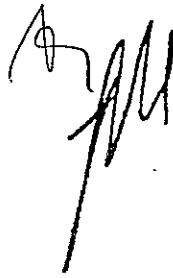
Há outras necessidades que são normais de acontecer e acontecem noutros municípios, nomeadamente a dos computadores. A CDU começou este mandato, e bem, com a entrega dos pontos da reunião de câmara, e os seus vereadores, não tendo pelouros, não estando a tempo inteiro, não têm disponibilidade para estar no gabinete a ver chegar os pontos e outras informações da câmara municipal. Portanto, com a "pen" que lhes foi entregue com os pontos seria lógico que pudessem ter acesso a uma coisa que nos dias de hoje é completamente ridícula, o acesso à internet móvel, nomeadamente à VPN da câmara municipal, já que, se por exemplo algum munícipe a quisesse contactar através do e-mail que a câmara municipal lhe irá disponibilizar, a própria não tem acesso a esse e-mail.-----

A questão da sala também não é viável, não podendo a própria aceitar que a CDU possa funcionar na sala onde está hoje, e rapidamente as coisas vão ter que ser alteradas.-----

Irá posteriormente entregar um documento com todas as sugestões para alteração, espantando que se chegue ao dia de hoje e que, com 4 eleitos, sem ninguém a tempo inteiro, as condições de trabalho que o Partido Socialista quer dar aos membros da CDU são as de uma sala de 5m<sup>2</sup> e ninguém lá dentro, e assim os consensos da parte da CDU serão impensáveis de acontecer.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que respeita a intervenção, afirmando que as mínimas condições exigíveis para um bom trabalho da parte da CDU serão vistas. Tudo fez, antes da reunião, para esclarecer algumas das questões que a Srª Vereadora colocou, e, conforme disse, no final da reunião quererá reunir para se perceber quem é quem, e com quem se fala. O contacto dado para resolver algumas questões práticas, logísticas, nunca esteve disponível, e como não foi possível estabelecer esse contacto, não se conseguiram resolver algumas matérias, mas isso é de menos, no seu ponto de vista, porque há questões que a Srª Vereadora colocou que se vão resolver.-----

Quem vai tratar mais diretamente do assunto será o Sr. Vice-Presidente, e os Srs. Vereadores poderão colocar todas as questões, que este tomará as medidas necessárias, falando consigo. Quanto ao apoio, como se deve calcular está dependente no número de vereadores, e depois de se votar um dos pontos imediatamente o apoio externo da CDU entra em funções, porque há um número



de assessorias que depende do número de vereadores. -----  
Há uma questão administrativa que decorre da necessidade da aprovação do ponto 5, caso contrário estaria a cometer um despacho ilegal, e não quer começar as suas funções com ilegalidades. Não é uma questão de menor respeito e consideração que tem pelas bancadas, mas sim uma impossibilidade administrativa.-----

Quanto ao outro número de pessoas, falar-se-á após esta reunião, na medida em que também foi uma abordagem feita anteriormente. As questões de carácter logístico, de equipamento, certamente que se conseguirão resolver, não sendo de todo este tipo de assuntos que fará com que não haja convergências. Considera que devem existir condições mínimas para trabalhar, e essas condições irão ser encontradas. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que o Sr. Presidente, quando fez o despacho anterior, nomeou vários adjuntos e secretários de vereação, e estranhou que, de todos os que nomeou, apenas a secretária de apoio à vereação da CDU e o adjunto de vereação da Coligação Novo Rumo estejam agora dependentes daquilo que vai ser a aprovação ou não do ponto 5. Poderia ter tido outra opção, mas foi a que encontrou, garantindo desde logo o apoio necessário para o funcionamento dos seus gabinetes, e depois a oposição, que por acaso até são 6 elementos, ficar dependente do ponto 5. -----

Depois, o Sr. Presidente sabe quais foram os princípios que ficaram acordados, e há uma outra situação que gostava de realçar, que tem a ver com uma questão política. Até agora, quando os vereadores da CDU tinham necessidade de consultar um processo ou pedir algum tipo de serviço aos técnicos da câmara municipal, por mais boa vontade que estes tivessem, havia sempre necessidade de pedir primeiro autorização à Srª Presidente cessante, que depois daria autorização para a consulta. A CDU entende que é uma coisa completamente desnecessária, e no uso pleno das suas funções enquanto eleitos da câmara municipal gostariam de não ter que passar por essa situação. Assim, se tiverem necessidade de consultar processos, ainda por cima a maior parte deles pública, querem que isso seja ultrapassado e acessível a todos os vereadores, sem haver necessidade de pedir primeiro autorização, porque são eleitos e têm esse direito por natureza.-----



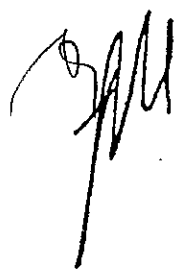
O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que a Coligação Novo Rumo não sabia que tinha existido uma alteração, mas aparentemente recebeu um e-mail, e não tinha nenhuma intenção, face à questão do ponto 5, de criar qualquer problema, mas o Partido Socialista, ao ter alterado as circunstâncias, mudou as regras do jogo que estavam acordadas. Portanto, a haver uma explicação, a Coligação Novo Rumo gostaria de a ter, porque não aceita que o seu apoio esteja indexado ao ponto 5, até porque iria votar o ponto 5, e não quer ser acusada de não ter permitido que o Sr. Presidente constitua o seu grupo de trabalho. Agora, não aceita que o seu apoio esteja condicionado ao ponto 5, até porque não era isso que estava em cima da mesa, e se era isso o Partido Socialista deveria ter falado com as respetivas bancadas. -----

Do seu ponto de vista há coisas que não valem mesmo a pena falar, mas isto demonstra a boa-fé com que se está no processo, e as coisas deveriam ser revistas, sob pena da Coligação Novo Rumo ter de rever todas as situações que foram efetivamente conversadas, pois os seus membros não gostam de ter este tipo de surpresas, que não valem a pena. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta matéria não está indexada a coisa nenhuma, foi única e exclusivamente uma matéria em que os serviços jurídicos erradamente o informaram de que podia fazer aquele despacho, tal como o fez, e fê-lo de boa-fé. Há questões de carácter que decorrem da própria lei, e naturalmente que se tentou informar antes desta reunião, mas não foi possível, mas não existindo qualquer intenção de colocar uma questão com a outra, ou seja, ou votam o ponto 5, ou não há apoios. -----

Os serviços devem ter atenção sobre as questões que afirmam como sendo as corretas, porque quem dá a cara são os políticos e não os técnicos, e esta situação que se está a passar era de evitar se a lei tivesse sido lida convenientemente. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que houve uma total de boa-fé neste processo, e pede desculpa, uma vez que o acompanhou mais de perto. A lei foi alterada, limitando agora o número de elementos nos gabinetes de apoio, tendo sido devido a esta mudança que houve este lapso, que é lamentável. Tentará melhorar a comunicação entre as bancadas, há interlocutores estabelecidos que não são os que estão sentados nesta mesa, e ainda é preciso afinar a forma como



essa informação decorre entre as diversas bancadas. Há disponibilidade para melhorar estas coisas, e é natural que nas primeiras reuniões possam surgir assuntos que é preciso resolver.-----

Enquanto presidente da comissão política concelhia do Partido Socialista, e enquanto interlocutor entre o executivo e a oposição, tem a disponibilidade e interesse que estes assuntos se resolvam o mais rapidamente possível, para estas questões logísticas, que muitas são ridículas, não ocupem tanto tempo nas reuniões de câmara.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que acredita na boa-fé e não quer acreditar que não exista. Relativamente às questões burocráticas e de ordem mais logística de funcionamento, a CDU irá brevemente entregar uma carta ao Sr. Presidente, dando conta das necessidades de funcionamento que entende serem as mínimas para se poderem ultrapassar estas situações, dando a maior das dignidades às tarefas que hoje começam.-----

No que respeita à conversa que o Sr. Presidente possa ter no final da reunião, a CDU estará presente para ouvir, e naturalmente que não tomará qualquer tipo de decisão. Trabalha num coletivo maior, e estas coisas não são decididas só por aqueles que hoje estão nesta reunião. Contudo, propõe que seja alterado o despacho e sejam nomeados os 2 elementos de apoio que foram excluídos, e sejam escolhidos outros 2 para iniciarem funções mais tarde, assegurando assim o apoio à vereação da CDU e da Coligação Novo Rumo.-----

Interveio o Sr. Presidente, propondo que os apoios externos da oposição entrem em vigor no dia em que fez o primeiro despacho, à custa de outros que tinham sido nomeados, demonstrando que este processo foi realmente de boa-fé. Compreende o desconforto e mau estar apresentado, que lamenta, e mesmo não sendo do seu agrado andar a praticar despachos por cima de outros, politicamente faz todo o sentido que assim seja.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, dizendo que era precisamente essa a proposta da CDU, e os seus membros estão plenamente de acordo com a mesma.--

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que também concorda com a proposta do Sr. Presidente.-----

Tomado conhecimento.-----

*Am*  
*PM*

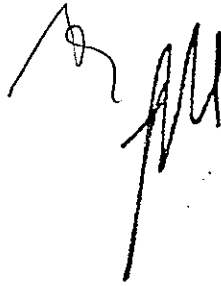
Assunto: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE  
DA CÂMARA-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da delegação no presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores, de todas as competências da câmara municipal previstas no artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que sejam suscetíveis de delegação, por remissão do nº 1, do artigo 34º da mesma lei, bem como da competência prevista nos nºs 3 e 4, do artigo 61º, do Código dos Contratos Públicos, para autorizar a manutenção da suspensão do prazo fixado para apresentação de propostas, quando a câmara municipal tiver sido a entidade competente para autorizar a abertura do procedimento. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que gostaria que o Sr. Presidente fizesse uma pequena apresentação da proposta, justificando-a na forma como está escrita. Os membros da CDU conhecem a lei, sabem o que decorre da mesma, percebem que há competências de lei, e há vereadores que têm todas as capacidades para usarem das prerrogativas disponibilizadas. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que daquilo que decorre da lei há uma série de competências que a câmara municipal, se assim entender, deve delegar no presidente. Sabem todos que num momento do mandato anterior foi uma matéria muito conversada, que se poderão ter várias abordagens, sendo que as competências propostas são as que parecem essenciais, apesar de colocadas de uma forma genérica, para que o presidente possa ter uma governação mais eficaz. Há matérias única e exclusivamente de caráter corrente, em que é absolutamente imprescindível, para o bom serviço que se tem de prestar às populações, que o presidente possa desenvolver e despachar, pois de outra forma iriam demorar tempo demais, já que teriam de vir a reunião de câmara. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU compreenderam, na prática, a interpretação que o Sr. Presidente faz da matéria, mas há entretanto um novo quadro legal, que decorre da Lei nº 75/2013, que reforça as competências do presidente, nalgumas partes muito substantivas da atividade corrente da câmara municipal.-----



Por comparação entre o antes e o depois, o Sr. Presidente encontrará um conjunto de competências que são exclusivas e nem sequer podem ser delegadas noutros que não seja no próprio presidente da câmara municipal, e por outro lado o Código da Contratação Pública tem matérias de despesa amplamente reforçadas. -----

É um contexto que se aproxima do regime presidencialista, o que até lhes suscita algumas dúvidas, pois, como já foi dito, a CDU tem sempre como princípio a defesa do caráter democrático e participado dos órgãos, muito particularmente a preservação da colegialidade dos órgãos executivos, e vão bater-se para que esse princípio seja constante da atividade da prática municipal deste concelho. -----

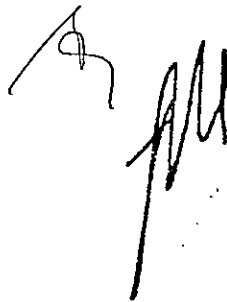
Entre outros compromissos há um que desde já precisa de ser clarificado, também estão empenhados numa prática que querem que se caracterize pelo rigor, na conduta e procedimentos de gestão, bem como no exercício dos seus cargos, e como princípio nuclear têm como objetivo fazer com que tenham uma intervenção direta em todas as matérias que sejam competência da câmara municipal, para que se faça o aprofundamento do funcionamento democrático, transparente e mais identificado com os problemas locais, que são os das populações. -----

É opinião dos vereadores da CDU que o órgão câmara municipal assuma por completo as competências materiais e de funcionamento previstas em lei, ou seja, que sejam matérias de apreciação e deliberação de todo o executivo. Nesse sentido, não concordam com a proposta apresentada. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que tem consciência de que a proposta que apresentou, eventualmente, tem uma generalidade que pode ser discutida e refletida, e passará a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para enunciar uma série de matérias da competência da câmara municipal, que agora propunha que fossem delegadas no presidente, que refletem a necessidade de se trazer uma outra proposta, que evidencie aquilo em que julga que os Srs. Vereadores estarão absolutamente de acordo, como abater canídeos. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio de novo, referindo que se percebe que há questões de natureza tão corrente e simples, ou mesmo primitiva, que obviamente não deveriam estar dependentes de um despacho de ratificação. Os membros da CDU sabem estar na câmara municipal, e quando disseram que querem ser responsáveis e participar em todas as matérias, é com esse espírito. -----





Assim, se todos os vereadores estiverem de acordo, comprometem-se a apresentar as propostas sobre as quais não prescindirão de apreciação e deliberação, com o bom senso que se exige à força política CDU, não estando agora em condições de fazer a demonstração exaustiva de todas essas matérias. -----

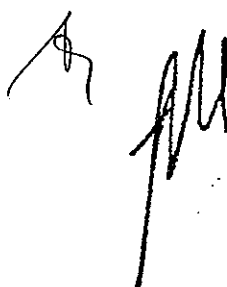
A que o Sr. Presidente falou é daquelas em que, entre outras, não faz sentido que não seja delegada, pelo que propõem que a proposta não seja hoje votada, dando-se oportunidade para ser amadurecida, apreciada e votada na próxima reunião. ----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo mantêm a mesma linha de pensamento que tiveram na proposta que apresentaram em 2012, entendem que há um conjunto de matérias que deve vir a reunião de câmara. -----

Há matérias que não são da competência própria do presidente, mas da câmara municipal, que eventualmente podem ser delegáveis pela câmara municipal para que o presidente possa gerir ele próprio, ou subdelegar nos restantes vereadores, e há matérias que não deveriam carecer de vir a reunião de câmara, mas aquilo que tem a ver com a estratégia global do município, e a gestão para a globalidade, deve vir a reunião, para que todos se possam pronunciar. -----

No ponto 12 são presentes matérias que tiveram de ser executadas, urgentes e inadiáveis, um deles é o sequestro de um animal, o que acontece, e é preciso atuar, mas também não vale a pena tentar ridicularizar uma situação com base nesta, pois senão poder-se-á dizer que efetivamente a administração do espaço público, ou a definição da publicidade, deve ser uma competência da câmara municipal, para que se possa acabar com o "festival" do pior que acontece no concelho, cada junta atuar da forma que lhe apetece em relação à publicidade, não só na questão da imagem, como da receita. -----

Está de acordo que há matérias que têm de ser reavaliadas, centralizadas, e após isso a sua delegação, mas tem de haver antes uma discussão. Na forma como o documento está, não poderão estar de acordo, estarão de acordo em avaliar outras propostas, em que se possam de alguma forma resolver as situações, como no mandato anterior, no caso do Código dos Contratos Públicos, em que houve matérias que deixaram de vir à reunião de câmara, nomeadamente a prorrogação do prazo para apresentação de propostas ao concurso. -----



Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo as intervenções, dizendo que se está num momento em que a legislação em boa parte é nova, e o cruzamento das competências autárquicas, quer da câmara municipal, quer dos presidentes de câmara, quer das juntas de freguesia, está em fase de reanálise e adaptação, e há um trabalho de organização das próprias freguesias que afetam a forma como hoje em dia desenvolviam algumas competências, que até eram municipais, e se encontravam delegadas, como o caso da publicidade. -----

O documento tem uma apresentação mais genérica, mas também se irá fazer a decomposição das diferentes competências, para se conseguir, na sequência das intervenções das duas forças políticas, concentrar o fundamental das matérias de carácter mais administrativo, que diria até que por lapso continuam na competência do órgão coletivo, para se poder trazer um documento expurgado destas questões, organizado por alíneas, para que se votar, estabelecendo-se o que fica ou não. -----

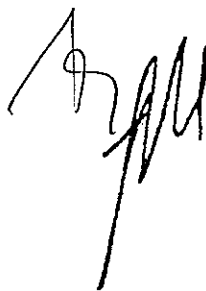
O Sr. Presidente interveio de novo, mencionando que a CDU e a Coligação Novo Rumo apresentaram importantes posições, sobre uma matéria que em muitas áreas não há mal nenhum que venham a reunião de câmara. -----

Não havia condições de trazer outra proposta, mas sabia que naturalmente abriria um espaço de reflexão, daquilo que é o entendimento sobre as competências que podem ser delegadas no Presidente, e as que não devem ser delegadas. -----

Quando falou na questão dos canídeos, foi para transmitir a consciência do que é o dia a dia da câmara municipal, em que o Presidente, delegando, ou mantendo essas competências, possa despachar dezenas ou centenas de questões que viriam inundar a ordem do dia. -----

Assim, propõe que as duas forças políticas façam chegar até segunda-feira as posições sobre a matéria, por escrito, incluindo-se o ponto na próxima ordem do dia, genericamente agendado da mesma forma. Poderão também afinar-se os documentos que vão chegando, pelos contactos que se forem fazendo, e trazer-se esse mesmo documento, já consensualizado, para se votar. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia, remetendo o assunto à próxima reunião de câmara. -----



Assunto: FIXAÇÃO DE VEREADOR EM REGIME DE TEMPO INTEIRO -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da fixação, em regime de tempo inteiro, do Sr. Vereador José António da Silva de Oliveira. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que foi leitor e ouvidor atento de algumas declarações que o Sr. Presidente fez à comunicação social, bem como do seu discurso de tomada de posse. Confessa, entre outras coisas, que gostou de duas frases que foram repetidas nessas situações. São elas “um mandato de muito diálogo” e “muita convergência”. Hoje voltou a referir, e acha muito bem, a questão da convergência. Da parte da CDU foi já dito que fará tudo para a convergência, no sentido da resolução dos problemas que afetam os munícipes deste concelho e fregueses das respetivas freguesias. A questão da convergência é importante, mas às vezes há contradições que serão insanáveis numa interrogação sua, naquilo que se diz e que se faz, sendo que já foram colocadas coisas em que não joga a “bota com a perdigota”. -----

Todos sabem a posição da CDU nestas matérias, não só na teoria como também na prática, sempre praticou neste concelho, e nos concelhos onde é poder, a gestão partilhada desse mesmo poder. Assim, pela amizade e respeito que tem pelo Sr. Presidente, é testemunha há muitos anos dessa situação. A CDU acha, e praticou, que todos os eleitos devem ser responsabilizados na gestão camarária, respeitando o sentido de voto dos respetivos eleitores do município, é contra executivos monocores, contra toda e qualquer solução que exclua qualquer das outras forças políticas com representação na câmara municipal. A CDU praticou isso, não só com o Partido Socialista, como com todas as forças políticas do seu tempo. -----

O Partido Socialista não tem esse entendimento, é uma opção, mas esta prática é lamentável e reprovável, sendo uma opinião que não é só de agora, é uma posição que já foi há 16 anos, quando ainda não colaborava com a CDU, pois sempre reprovou esta atitude do Partido Socialista. -----

Acreditou que o Sr. Presidente iria inverter a situação, estava convicto disso, mas embora não seja católico, “o homem põe e Deus dispõe”, e tem-se a situação que



se temos. As suas expectativas foram rapidamente defraudadas, e confessa estar desiludido, pois não existiu uma mudança. -----

Respeita a convicção do Sr. Presidente em ter um mandato de muito diálogo e convergência, mas espera que, começando esta questão mal, não seja um diálogo de surdos. Quanto à busca da convergência, se for como tem sido agora, estão conversados. São opções políticas, a CDU não diz uma coisa agora e depois faz outra, pelo que irá ver como as coisas correrão no futuro. -----

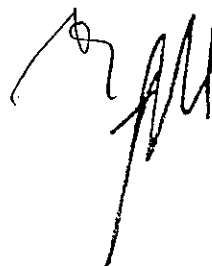
Não se trata de "choradinhos de pelouros", o sentido de voto será meramente político e não contra algo do Sr. Vereador José António Oliveira ou qualquer outra pessoa, sendo que para emitir este desagrado, o voto da CDU é contra. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a Coligação Novo Rumo irá abster-se, tal como já tinha afirmado. A sua bancada respeita a decisão do eleitorado e consequentemente a decisão que representa a maioria relativa formada neste executivo municipal, e tem que ser efetivamente consequente com o pensamento que tem sobre esta matéria. -----

Ao Partido Socialista e ao Presidente da câmara devem ser dadas condições mínimas, que não coloquem em causa o pensamento nem as convicções das restantes bancadas, para funcionar e conseguir aplicar os compromissos que fez com o concelho de Vila Franca de Xira. Quanto a tudo o resto que venha à reunião, a sua bancada estará presente para avaliar, conversar, discutir e colocar as suas questões em cima da mesa, sempre com espírito de diálogo, ponderação, discussão e partilha, que deve estar em cima da mesa neste momento que se vive.

Interveio o Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Vereador Aurélio Marques que já se conhecem há muitos anos e partilham uma relação de amizade. Nunca deixou essa amizade de parte, mesmo com todas as opções tomadas pelo Sr. Vereador. Portanto, respeita as opções que as pessoas tomam, mas lembra que o que se está a discutir é unicamente o ponto 5, e a necessidade, para se começar a trabalhar, passa pela fixação a tempo inteiro do Sr. Vereador José António Oliveira. -----

O diálogo não é de surdos, quer-se construtivo, e quanto ao facto de ter frustrado as expectativas do Sr. Vereador, para além de não se saber o que vai ser o futuro e sua análise, o Partido Socialista também tem um coletivo, onde as questões são profundamente analisadas. -----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 027

Reunião de 2013/10/25

Procº \_\_\_\_\_

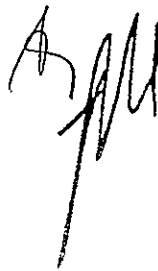
Deliberação nº \_\_\_\_\_

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU e a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que para resolver essa questão, que tem pertinência, coloca à consideração da câmara municipal a discussão desde já do ponto 9, seguindo posteriormente a discussão do ponto 6 e seguintes, o que teve concordância. -----



Assunto: REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do regimento da câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que os membros da CDU têm um entendimento quanto à proposta, e compreendem que deve ser colocada face à Lei nº 75/2013, que entrou em vigor, tendo o regimento que ser adaptado às questões legais atualmente. No entanto, um regimento deve ser sempre mais ousado do que a própria lei, sem colidir com a mesma e a infringir, daí a sua existência, caso contrário não era necessário, remetendo-se tudo para a lei. -----

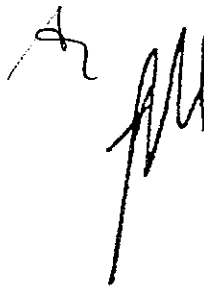
Consideram que a proposta peca por essa audácia que gostariam de ver refletida, e chamam a atenção para alguns dos pontos onde entendem que se pode ir um pouco mais além, melhorando inclusivamente o próprio regimento. -----

Quanto ao horário, artigo 1º, no mandato anterior o que estava estipulado para início eram as 14h00, neste momento passará para as 9h00, e o entendimento que têm é que se deveria manter o horário anterior. Os vereadores não estão todos a trabalhar na câmara municipal, há um conjunto que tem a sua atividade profissional, e que tem de conciliar a sua atividade profissional com a cívica, que é a de serem vereadores na câmara municipal. -----

Outra questão entronca com o próprio artigo 8º do regimento, quanto à hora para a intervenção do público, não lhes parecendo que às 12h30 seja uma hora para um concelho como o de Vila Franca de Xira, onde moram e trabalham muitos milhares de pessoas, muitos trabalham fora, e não têm esta disponibilidade para às 12h30 estarem presentes para colocarem os seus problemas. -----

Outra situação é a do horário dos trabalhadores da câmara municipal, que entram às 9h00. Se as reuniões forem fora, em zonas como os Cotovios, por exemplo, terão de entrar antes das 9h00, e não lhes parece que isso seja de “bom-tom”, pelo que propõem que os horários se mantenham, tal como no mandato anterior. ---

Quanto ao artigo 3º, compreendem que seja para ficar em linha com a lei, os 2 dias úteis para a distribuição dos documentos, mas esta proposta de alteração está contrária à própria ordem de serviço 1/2013, do Sr. Presidente, que parece muito mais coerente, e refere que a distribuição dos documentos será efetuada na



quinta-feira anterior à reunião. Nessa situação também se deveria ser mais ousado e transcrever para o regimento o que é aquela ordem de serviço. -----

No que respeita ao artigo 4º, é uma transcrição do artigo 50º da Lei nº 75/2013, em que só podem ser objeto de deliberações os assuntos incluídos na ordem do dia. Assim, apesar de ser uma imposição legal, vem limitar em muito a intervenção dos vereadores na reunião, inclusivamente a possibilidade que a própria câmara municipal e o presidente têm de em última hora os assuntos urgentes serem incluídos. Poderá ver-se com os assuntos jurídicos se eventualmente não se poderá ir mais além e ser mais audaz nesta matéria. -----

Há ainda as questões relativas ao artigo 7º, outras quanto à votação, à questão dos impedimentos consagrados no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo, bem como de imparcialidade, do artigo 266º da Constituição da República Portuguesa, que lhes parece que podem e devem ser melhor limadas. ---- Nesse sentido, propõem que o ponto seja retirado, que se possa apreciar mais ao pormenor, comprometendo-se a CDU a entregar uma proposta escrita para alterações. -----

O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, saudando todos os presentes e esperando que o mandato seja profícuo para os munícipes, pois é isso que interessa. -----

Quanto ao ponto, os membros da Coligação Novo Rumo acabaram de entregar propostas aos Srs. Vereadores, que o próprio tentará ler. -----

Relativamente ao ponto 2 do artigo 1º, propõem que seja alterado para: “as reuniões ordinárias terão início às 9h00 e final às 14h00, podendo a câmara deliberar, por unanimidade, o seu prolongamento”. -----

Em relação ao ponto 3, foi retirada a frase: “não podendo neste caso ser recusada a convocatória”, e propõem que, de acordo com o nº 4, do artigo 41º, da Lei nº 75/2013, seja acrescentado: “quando o presidente da câmara não efetue convocação que lhe tenha sido requerida, ou não o faça nos termos do número anterior, podem os requerentes efetuá-la diretamente, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no número anterior, e publicando a convocação nos locais habituais”. -----

Quanto ao artigo 3º, e no que respeita ao atual regimento, nesta proposta a





distribuição dos documentos passa de 3 para 2 dias úteis, mas a ordem de serviço nº 1/2013 define que a distribuição é efetuada na quinta-feira anterior à reunião, e concordam que assim seja.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que está disponível para retirar o ponto, sugerindo que tanto a CDU como a Coligação Novo Rumo apresentem depois as suas propostas de alteração. Contudo, há uma questão que se deve debater e aprovar hoje, a do horário, para resolver o problema da calendarização. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador João de Carvalho, mencionando que a calendarização é uma questão importante, até porque há reunião na próxima quarta-feira, entendendo os membros da Coligação Novo Rumo que qualquer decisão que se tome hoje possa já ser decidida um pouco por unanimidade, por exemplo, quanto aos horários.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que no mandato anterior a reunião começava às 15h00, e a determinada altura chegou-se à conclusão, por proposta do Partido Socialista, que se poderia antecipar para as 14h00. Na altura os membros da Coligação Novo Rumo disseram que não tinham nenhum problema que começasse às 14h00, desde que terminasse às 19h00, e só poderia ser estendida por unanimidade. -----

Não têm nenhum problema, por uma questão de melhoria das condições, que comece às 9h00, apesar de que respeitam as opiniões, e estão completamente de acordo no que respeita à forma como o concelho é constituído, e poderão pois estar de acordo que comece às 9h00 e termine às 14h00, desde que seja assumido que o prolongamento só é feito com base na decisão unânime da câmara municipal. Se houver um vereador que diga não, a reunião não pode continuar, e tem de ser convocada de imediato uma nova. Não estando esta questão assegurada, passará a haver reuniões de câmara de dia inteiro, e coloca-se em causa o problema das atividades profissionais de todas as pessoas. -----

Deve haver bom senso nesta matéria, até pela autodisciplina, sendo que não têm nada contra que se cumpra o regimento que venha a ser aprovado. -----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, mencionando que esta questão do prolongamento por unanimidade tanto se coloca começando a reunião às 9h00, como às 14h00, é um princípio, sendo que as reuniões a que assistiu no mandato



anterior e as que lhe foram comunicadas, grosso modo acabaram a horas decentes.-----

Quanto ao horário do público, pensam os membros da CDU que uma câmara municipal como esta não pode estar de costas voltadas para a população, e sabem que o Sr. Presidente tem também esse princípio, que não pode coibir de haver intervenções do público às 12h30, o que não faz sentido, ou então começa-se a pecar por ter audiências completamente vazias, e os cidadãos não virem às reuniões apresentar os seus problemas.-----

Relativamente à unanimidade e ao prolongamento, concordam que se tem de ter um princípio de que é para acabar àquela hora, e se se tiver de prolongar, assume-se isso frontalmente, mas tem que se pensar nas pessoas.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a discussão do regimento deverá ficar para a reunião de 13 de novembro, porque requer um trabalho jurídico apurado, para se olhar com toda a atenção as propostas e avaliar com a nova legislação.-----

No que respeita ao horário do público, é uma questão sensível, mas também, com o horário anterior, vinham as pessoas que queriam aparecer, e pareceu-lhe que o horário das 12h30 poderia até ser mais facilitador do que as 18h00, em que as pessoas estão a regressar do trabalho. -----

Quanto ao início da reunião, pareceu-lhe que o horário das 9h00 seria adequado, e recorda-se que antes o Partido Socialista e a Coligação Novo Rumo estavam de acordo, e só não mudou por se atender a um problema de carácter pessoal de um vereador que agora não faz parte do executivo. Veio também a verificar-se que o horário causou grandes problemas de articulação e comodidade para todos. -----

Relativamente aos trabalhadores, e ao horário das 9h00, sugere que as reuniões comecem às 9h30, e aí já haverá algum ajuste, permitindo que os trabalhadores tenham uma melhor articulação com o seu próprio horário. -----

No entanto, esta matéria também se colocava no antigo horário, já que o horário dos trabalhadores termina normalmente às 17h30, e mesmo com a exigência das reuniões terminarem às 19h00, estavam a ir para além do seu horário de trabalho. Assim, este horário até facilita e é mais confortável para os próprios trabalhadores que estão envolvidos na logística das reuniões.-----

Há uma questão de particular importância, que não sabe como se resolverá, a



legislação atual não permite que se entreguem pontos em mão, que não estejam previamente agendados. Esta é uma dificuldade para todos, e está na esperança que no decorrer da nova composição da Associação Nacional de Municípios Portugueses possa haver um esclarecimento, que venha a permitir entregar pontos em mão, o que a lei, hoje, taxativamente não deixa.-----

Há matérias da legislação que vão necessitar de algum esclarecimento, e quando surgir far-se-ão as correções em conformidade, mas até lá não há condições de que as coisas sejam de forma diferente.-----

Prosseguiu, dizendo que o horário das 9h00 é praticado em muitos municípios, e parece-lhe ser o mais adequado, pois permite ter a tarde livre para as tarefas e funções profissionais que todos têm. Contudo, indo ao encontro da questão dos trabalhadores, à qual é bastante sensível, propõe uma pequena alteração, passando o início das 9h00 para as 9h30.-----

De seguida propôs o horário a votação, com esta alteração, passando a ter início às 9h30, com o período para o público às 12h30, e terminando impreterivelmente às 14h00, sendo que o prolongamento da reunião só se colocará se houver unanimidade de todos os membros da câmara municipal. -----

Terminou, dizendo que a CDU já manifestou a sua discordância, votará contra, a Coligação Novo Rumo e o Partido Socialista votam a favor.-----

Para além disso, solicita que as duas forças políticas façam chegar as suas posições sobre o regimento para discutir numa próxima reunião de câmara, porque é uma matéria que exige algum aprofundamento e não há tempo para a discutir na reunião do dia 30. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar o início das reuniões ordinárias da câmara municipal às 9h30, com a interrupção para o período do público às 12h30, e final às 14h00, sendo o seu prolongamento deliberado só por unanimidade. -----

Deliberado ainda, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia, sendo o mesmo presente à reunião de câmara de 2013/11/13. -----

-----  
-----  
-----



Assunto: CALENDARIZAÇÃO DAS REUNIÕES DE CÂMARA PARA O MANDATO 2013/2017 -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da calendarização das reuniões de câmara para o mandato 2013/2017, a realizar quinzenalmente, às quartas-feiras, com início às 9h30 e conclusão às 14h00. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a discussão está feita, submetendo à consideração da câmara municipal a votação do ponto. -----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, dizendo que tendo em conta a discussão que foi produzida antes, no ponto 9 da ordem do dia, mesmo não querendo votar contra a calendarização, os membros da CDU são forçados a votar contra, fruto do parágrafo inicial, pois traz lá o horário. Isso obriga-os a votar contra todo o documento, e o que sugere é a retirada do parágrafo. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que no parágrafo o que consta é que é o calendário das reuniões da câmara municipal, a realizar no mandato 2013/2017, quinzenalmente, às quartas-feiras, só que com início, não às 9h00, mas às 9h30, e conclusão às 14h00. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que a questão não é essa, mas sim que se os membros da CDU não concordam com a hora de início, não podem aprovar o calendário com a indicação da hora. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que já se tinha apercebido que não vão votar contra por votar contra, mas por uma questão de princípio, que advém da discussão que se teve sobre o regimento, e por isso começou a votação, consciente que iriam votar contra. -----

Assim, nesta votação a CDU vota contra, o PS vota a favor, e a Coligação Novo Rumo vota a favor, sendo este ponto aprovado. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

-----  
-----  
-----  
-----



Fl. Ata ' 035

Reunião de 2013/10/25

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº **1050**

Assunto: NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da nomeação dos seguintes membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento: -----

Presidente – José António da Silva de Oliveira;-----

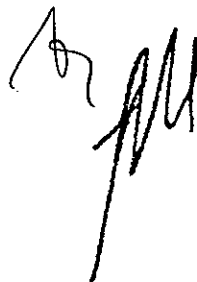
1º Vogal – António José Sequeira Félix; -----

2º Vogal – Marina Estêvão Tiago.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que a CDU se abstém neste ponto.

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a Coligação Novo Rumo se irá abster.

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Assunto: REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS ----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da representação do município em entidades públicas e privadas, por membros da câmara e técnicos. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que no preâmbulo do documento diz-se, "considerando que a câmara municipal está representada (...) pelos seguintes membros da câmara municipal e técnicos", mas lendo a relação detetou pelo menos três entidades que não cumprem o requisito, Escola de Toureio José Falcão, EMPODEF e Secção de Municípios com Atividade Taurina, em que alguns dos representantes não são eleitos pela câmara municipal, apesar de que numa irá haver eleições brevemente. -----

Quanto à questão política, vem ao encontro da sua intervenção anterior, são nomeações políticas, o Partido Socialista faz disto uma representação, e é evidente que está a falar dos eleitos, não estando em causa os técnicos. Está também em causa, sem sentido ofensivo, a "atitude discriminatória" que o PS tem tido e continua a ter sobre estas questões. -----

A CDU compreende que o PS quer ter os seus eleitos, mas vem-lhe ao pensamento a história do diálogo e busca da convergência. Assim, porque a questão tem interligação com a posição do Partido Socialista, que é coletiva, e o próprio sempre foi um apologista do coletivo, os membros da CDU não podem ter outra atitude que não seja o voto contra, embora esperem e estejam sempre disponíveis para o diálogo e busca da convergência. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo, da forma como o documento é apresentado, pensam que carece de um consenso alargado na câmara municipal. Independentemente de questões já afloradas, há pessoas nomeadas que suspeitam serem trabalhadores do município, mas nem sequer sabem quem são, e essa é uma questão importante. -----

Há outras nomeações em que, por princípio, não estarão de acordo, a não ser que haja um compromisso maior e alargado, e que se perceba qual a estratégia que está por detrás das indicações para estas entidades. Se for só por manifesta

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata : 037

Reunião de 2013/10/25

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

presença das pessoas, então a câmara municipal é composta por 11 vereadores, onde se inclui o Presidente, mais um conjunto de outros eleitos no concelho, que têm condições para representar nalgumas áreas o concelho. -----

Caso não percebam, efetivamente não podem, da forma automática como é apresentado o documento, estar de acordo. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a primeira questão é fácil e rápida de resolver, a explicação de quem é quem, nomeadamente quanto aos técnicos, pois são representações eminentemente de carácter técnico, e têm de ser técnicos da autarquia a representá-la. -----

Quanto à outra, não consegue resolver, a não ser que se possa fazer uma discussão ponto a ponto, e que as bancadas possam fazer chegar sugestões de alteração, que se possam ou não acolher. Houve a preocupação da câmara municipal ser representada através dos eleitos que estão diretamente ligados às respetivas áreas, mas podem acolher-se, numa ou outra representação, alguns dos elementos da oposição. -----

Naturalmente que os vereadores a tempo inteiro têm de ter assento nessas entidades, porque são questões que lhes dizem respeito, como é o caso da Valorsul ou Simtejo, sendo que quem representava a câmara municipal fazia-o sempre de uma forma absolutamente gratuita e graciosa. -----

Vai-se aclarar e referir quem é quem, que funções têm na câmara municipal, e explicar todos os que efetivamente, ou não são técnicos, ou não são eleitos, estando o PS também disponível para analisar algumas sugestões, de representação da CDU e Coligação Novo Rumor. Não há problema absolutamente nenhum, é uma forma das duas bancadas estarem por dentro daquilo que se passa nas entidades, e seria até benéfico. -----

Assim sendo, as bancadas vão analisar, e certamente fazer propostas, que espera sejam equilibradas, tendo em vista a representação do município, sendo que há representações que são direta e exclusivamente direcionadas. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que a questão de serem gratuitas não é problema, os membros da CDU já estão habituados a estas situações, e não têm qualquer problema. -----

Foi ainda dito pelo Sr. Presidente que são os eleitos diretamente ligados ao



assunto, mas o próprio nomeou instituições em que não é assim, pelo que há a tal contradição, do preâmbulo. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a frase deverá ser alterada, e em vez de "membros da câmara municipal e técnicos" constar "pessoas". -----

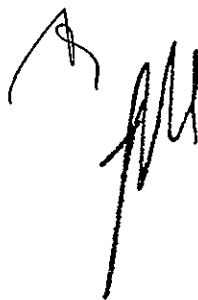
Prosseguiu o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que a sua bancada aceita analisar a situação, e depois apresentará a proposta. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que pode haver uma necessidade absoluta da câmara municipal estar representada numa discussão que seja efetivamente inadiável, pelo que solicita desde já autorização, ou para ser o próprio, ou um dos seus colegas, a estarem presentes. -----

Na sequência da concordância dos restantes membros, disse então o Sr. Presidente que a discussão desta matéria será feita na reunião de câmara a seguir à do dia 30, ficando à espera das sugestões. -----

Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia, sendo o mesmo presente à reunião de câmara de 2013/11/13, considerando a proposta final do Sr. Presidente, que mereceu concordância unânime de todos os membros. -----





Assunto: DISPENSA DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL À CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/10/22, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo da câmara municipal para a celebração e renovação de contratos de prestação de serviços nos termos do previsto nos números 4 e 10, do artº 75º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, até ao valor de 5 000,00€, sempre que a adjudicação venha a ocorrer nos termos do artº 128º e da alínea a), do nº 1, do artº 20º, conjugado com o artº 112º e seguintes do Código dos Contratos Públicos. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo irão votar contra, como fizeram no mandato anterior, pois acham que se deve cumprir o que diz a lei, e os assuntos devem vir a reunião de câmara para serem analisados.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que essas matérias vêm a reunião de câmara depois, em listagem de todos os procedimentos tomados.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, para dizer que nas listagens há uma série de matérias que não são, nem urgentes, nem inadiáveis, como por exemplo, publicidade e matérias que todos sabem serem feitas anualmente nas mesmas datas e tempo, de organização, quer dos vereadores que tutelam as áreas, quer dos serviços. -----

Uma coisa são situações absolutamente inadiáveis em que, mesmo no mandato anterior, a câmara municipal, muitas vezes, mesmo não tendo essa competência, pedia para serem ratificadas em reuniões. Não há mal nenhum, só que há matérias e matérias, e nas que fazem parte da atividade do dia a dia, que se sabe se realizam o ano todo, não vê qual a vantagem ou celeridade de não virem a reunião de câmara.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que este ponto vem ao encontro da proposta da CDU no mandato anterior, das necessidades que são permanentes e justificáveis não estarem à espera de 15 dias para a câmara municipal poder resolver a situação. Compreende que em algumas circunstâncias a urgência não era a desculpa, há coisas que podem ser melhor organizadas e



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata      040

Reunião de 2013/10/25

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

geridas, mas, de facto, no último mandato chegou-se à conclusão que a questão dos 5 000,00€, que é o valor que mais uma vez se traz, é a que seria necessária para manter os trabalhos e funcionamento normal da câmara municipal. ----- Assim, a CDU irá ter a mesma posição que no mandato anterior, irá votar a favor.--- Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Assunto: ATA Nº 20/2013 DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2013/09/18-----

Presente para aprovação a ata da reunião de câmara de 2013/09/18, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que naturalmente entende que os Srs. Vereadores que não estiveram presentes na reunião não se encontram em condições para votar. -----

Deliberado, por maioria, com a abstenção da Srª Vereadora Marina Tiago e Srs. Vereadores António Félix, António Oliveira, Aurélio Marques, Paulo Rodrigues e Rui Rei, aprovar a ata da reunião de câmara de 2013/09/18.-----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: DESPACHOS DA SRª PRESIDENTE E DO SR. VICE-PRESIDENTE, EXARADOS NO PERÍODO DE GESTÃO, TENDO POR BASE O INTERESSE PÚBLICO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 687/13, de 21/10, do DASDEDS/DASEP/SA, para ratificação dos despachos da Srª Presidente e do Sr. Vice-Presidente, à data, exarados no período de gestão, no período que mediou o ato eleitoral e a tomada de posse dos novos eleitos, tendo por base o interesse público.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 687/13, de 21/10, do DASDEDS/DASEP/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: A Srª Presidente, à data de 2013/10/21, submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente à data de 2013/10/21.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

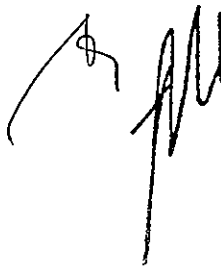
Fl. Ata - 043

Reunião de 2013/10/25

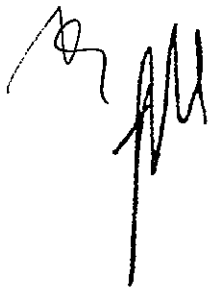
Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 1055

1. Assunto: ATUALIZAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO -----  
-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 304/13, de 22/10, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da atualização das contas bancárias do município. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 304/13, de 22/10, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: FUNDO DE MANEIO 2013, TITULADO PELO PRESIDENTE-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 303/13, de 22/10, DGAFJ/DFPCO, para aprovação, na sequência da tomada de posse do novo executivo municipal, da constituição de um fundo de maneiio titulado pelo Presidente, no valor mensal de 650,00€, referente a 2013.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 303/13, de 22/10, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: ELABORAÇÃO DAS ATAS-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se tem para aprovar a ata em minuta, e que em todas as reuniões se vai aprovar, com o resumo e o essencial, tal como acontece na assembleia municipal, e na reunião seguinte aprovar-se-á a outra ata, que, conforme consta na proposta de regimento, vai ser feita de acordo com os moldes que a lei indica.-----

Por vezes há alguma dificuldade de ter as atas prontas a horas, apesar de se ter recuperado todo esse trabalho, e não haver atas em atraso, pois estão todas feitas, e nesse sentido agradece o esforço grande que os funcionários que estiveram envolvidos fizeram. -----

Contudo, para que as atas sejam de facto possíveis, ficando à disposição, e sejam aprovadas na reunião seguinte, é necessário elaborá-las de acordo com o espírito da lei. -----

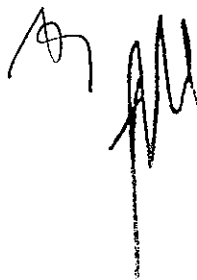
Nas atas anteriores até o “espirro” lá estava, e é absolutamente impossível ter as atas a tempo e horas, pelo que se podem elaborar atas que mantenham o espírito de tudo o que foi dito, concentrando-se nos assuntos específicos, e algum vereador que eventualmente não se reveja, por qualquer razão, poderá dizer que quer a transcrição total daquele ponto, ou pelo menos o que quer acrescentar que tenha dito e não esteja, e julgue importante estar. -----

De qualquer modo as gravações das atas estão todas guardadas no cofre, e terão a durabilidade do mandato, o que quer dizer que em caso de dúvida estão à disposição de todos. -----

Assim sendo, a próxima ata já vai ser elaborada de acordo com o espírito da lei.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que as gravações deverão ficar guardadas no servidor da câmara municipal, que tem um conjunto de procedimentos, não existindo razão para que só sejam guardadas 4 anos, até o podem ser para memória futura. -----

Para além disso há uma situação que apenas foi testada informalmente, o software de leitura da voz e transcrição das atas, que deveria ser testado, e há soluções portuguesas relativamente boas, existindo uma na RTP 2. Pensa que há trabalho que pode ser poupado, o que não inviabiliza que alguém faça uma leitura transversal da forma como vier a ser apurado o software, tendo mais ou menos



confiança para o avaliar. -----

Poderia ser feito um teste em duas ou três reuniões para se verificar se a solução é a melhor ou não, sendo que há pois coisas que podem ser melhoradas, poupando o tempo, e ao mesmo tempo garantindo que para memória futura e histórica não se destrua a perspetiva áudio. -----

Esta é uma questão importante, porque há atas que se forem demasiado sintéticas nunca ninguém perceberá o que se passou, designadamente qual o sentido. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a questão falada pelo Sr. Vereador Rui Rei esteve em equação no mandato anterior, mas por razões diversas não evoluiu, contudo vai-se fazer a experiência o mais breve possível, para encontrar soluções. - Isso não invalida que as atas sejam elaboradas no estrito cumprimento do espírito da lei, sem as perverter, indo ao encontro do sentido da discussão, só que muitas vezes fala-se de tudo, mas do ponto em concreto fala-se pouco, e o que importa que esteja na ata é a discussão sobre o ponto em concreto. -----

Vai-se fazer essa experiência, bem como a de elaborar a ata de acordo com o espírito da lei, fazendo-se depois as afinações, já que o que se pretende é que os Srs. Vereadores tenham as atas em tempo útil, e não estejam atrasadas como estiveram no passado, pese embora a recuperação que exigiu um esforço muito grande dos serviços. -----

Esta é a primeira reunião dos próximos 4 anos, e espera que o espírito que presidiu à reunião se mantenha nas demais. Há muita coisa que os irá separar ao longo do tempo, mas muito mais os irá unir. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----






Fl. Ata 047

Reunião de 2013/10/25

Deliberação nº 1057

Encerramento às 12h40. -----

Esta ata foi aprovada, por unanimidade, na reunião de câmara de 2013/11/27, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -